



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

**Ata da Audiência Pública sobre o “LINHA DE TRANSMISSÃO 345 kV CD - DOMÊNICO RANGONI Seccionamento Tijuco Preto – Baixada Santista e subestação Domênico Rangoni Cubatão|Santos|Guarujá - SP”, de responsabilidade da Empresa Litorânea de Transmissão de Energia S/A - ELTE, realizada no dia 24 de novembro de 2015, às 18 horas, em Guarujá / SP.**

Realizou-se no dia 24 de novembro de 2015, às 18 horas, no auditório da UNAERP – Universidade de Ribeirão Preto, na Av. Dom Pedro I, 3300, Enseada, Guarujá/SP, a Audiência Pública sobre o “LINHA DE TRANSMISSÃO 345kV CD - DOMÊNICO RANGONI Seccionamento Tijuco Preto – Baixada Santista e subestação Domênico Rangoni Cubatão|Santos|Guarujá - SP”, de responsabilidade da Empresa Litorânea de Transmissão de Energia S/A - ELTE (Processo 229/2013). Dando início aos trabalhos, o Secretário-Executivo, **Germano Seara Filho**, declarou que, em nome da Secretária de Estado do Meio Ambiente e Presidente do CONSEMA, Patrícia Iglecias, saudava e dava boas-vindas a todos os presentes, de modo especial ao senhor Adilson Cabral da Silva, secretário de Meio Ambiente do Guarujá, ao coronel João Leonardo Mele, aos empreendedores, aos consultores, e todos os que vieram aqui nesse final de tarde para esta audiência pública. A audiência pública como o nome diz é um evento aberto a qualquer interessado em que um projeto é apresentado para que deles se ouçam eventuais críticas, contribuições, a opinião que tenham acerca da proposta feita com vistas a melhorar o próprio projeto. Expôs resumidamente as normas estabelecidas pela Deliberação CONSEMA NORMATIVA 01/2011 para a condução das audiências públicas e declarou que o CONSEMA previu que elas se desdobrem em três momentos ou partes. Esclareceu que na primeira parte da audiência tem lugar à apresentação, pelo empreendedor ou seu representante, do projeto ou proposta, e, em seguida, uma exposição detalhada dos estudos ambientais elaborados pela equipe de consultoria sobre eles. Expôs resumidamente as normas estabelecidas pela Deliberação CONSEMA NORMATIVA 01/2011 para a condução das audiências públicas e declarou que o CONSEMA previu que elas se desdobrem em três momentos ou partes. Esclareceu que na primeira parte da audiência tem lugar a apresentação, pelo empreendedor ou seu representante, do projeto ou proposta, e, em seguida, uma exposição detalhada dos estudos ambientais elaborados sobre eles. Explicou que, imediatamente após, fariam uso da palavra os representantes do Ministério Público, as organizações da sociedade civil, com direito cada um deles a até cinco minutos, seguidos por cidadãos que se manifestam em seu próprio nome, por representantes do CONSEMA e dos COMDEMAS, da área de influência do empreendimento, representantes do Poder Legislativo, que não podem ser representados, e em seguida, aqueles que representam o Poder Executivo. Informou que a Mesa Diretora de Trabalhos era, na ocasião, composta por ele, Secretário-Executivo do CONSEMA, e pela geógrafa **Cláudia Harumi Yuhara** que é gerente do Setor de Avaliação de Empreendimentos Lineares da CETESB, a quem convidava para compor e a também integrá-la. Cumprimentando a todos disse que o licenciamento ambiental é dividido em três fases. Neste momento o empreendimento se encontra na análise de sua viabilidade ambiental para posterior e com base nos estudos, a emissão da licença prévia. Nessa licença prévia existem condicionantes ambientais, exigências que se atendidas permitem a outra fase do licenciamento, que seria a licença de instalação que por sua vez também contam com condicionantes para a próxima fase de licenciamento. Todas as contribuições dessa audiência pública serão incorporadas no processo de análise. **Eduardo D'Áurea Bordignon**, engenheiro ambiental da ELTE, discorreu sobre o projeto, breve histórico do empreendimento, sua organização, etapas de desenvolvimento e objetivos. **Cristiane Friedrich Wendler**, engenheira florestal, da Caruso Jr. Estudos Ambientais e Engenharia Ltda, representando a equipe que elaborou o EIA/RIMA, empresa responsável pela elaboração dos estudos de impacto ambiental, apresentou uma síntese do EIA/RIMA, mais precisamente dos motivos da escolha da localização, da capacidade pretendida para o empreendimento quando de sua plena operação, dos impactos que ele promoverá, principalmente nos recursos hídricos, no patrimônio arqueológico e nos

Página 1 de 3



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

meios físico, biótico e antrópico, e das medidas de mitigação que serão implementadas com o objetivo de preveni-los ou mitigá-los. Passou-se à etapa em que o público se manifesta: **Lúcia Helena da Silva**, do Fórum da Agenda 21 do Guarujá, achou interessante que se tivesse mais tempo pra avaliar pela noção da realidade dos impactos que acontecerão em nível de fauna, flora principalmente, de nos impossibilitar ter uma continuidade na Serra de Santo Amaro e questionou sobre registros de acidentes que já ocorreram com essas subestações. **José Roque Santos Filho**, gestor ambiental e com atuação na área de gerenciamento de resíduos sólidos industriais, falou que todas as vezes que está na frente de um estudo de impacto ambiental ou da exposição de um relatório de impacto ambiental se vislumbra algo muito bonito, temos uma das legislações ambientais mais aperfeiçoadas do mundo, mas isso não tem impedido de acontecer algumas catástrofes. Chamou atenção, que no processo de contrato, na cláusula 9ª do contrato entre a prestadora, a transmissora e a Aneel, um passivo de 2% referente ao não cumprimento do cronograma por parte da empresa muito baixo e, questionou o empreendedor se desses 61 mananciais no qual o projeto irá passar, se algum desses mananciais será afetado de alguma forma e quais são as medidas mitigatórias. **Adilson Cabral**, secretário de Meio Ambiente do Guarujá, fez considerações sobre a equipe da sua secretaria, que apesar de não dispor do necessário para avaliar com profundidade um empreendimento de uma envergadura como essa. Disse que trouxe contribuições por escrito protocoladas na secretaria-executiva. Exemplificou que o Guarujá tem uma característica muito peculiar que é conviver com os extremos. Ao mesmo tempo em que temos belezas naturais fantásticas também temos uma pressão advinda das atividades econômicas muito fortes. Visualiza a serra de Santo Amaro como uma futura área de proteção ambiental municipal como há o seccionamento para atingir essa linha que já existe passando sobre a serra, então nos chama muita atenção à necessidade de que o empreendedor nos auxilie nesse processo que o município desenvolve de constituição dessa futura APA. Outro ponto, ainda falando em unidades de conservação, que chama atenção é que o estudo prevê a destinação dos recursos de compensação ambiental para as unidades de conservação estadual e apela para que sejam destinados para unidade de conservação municipal. O EIA informa que o local para implantação da subestação é altamente suscetível a escorregamentos, entende que o empreendedor deveria garantir recursos técnicos e materiais para que a defesa civil municipal acompanhe esses trabalhos para evitar acidentes. O outro ponto que citou, foi sobre o acesso pela Avenida Antenor Pimentel, durante as obras, será muito intenso e que o empreendedor deva assumir essa responsabilidade durante a fase de obras, de manter a qualidade do pavimento, bem como da sinalização viária, até para evitar acidentes e ainda tem a área de transbordo de resíduos sólidos do município localizada no final desta avenida. Chamou atenção, que ao abrir acessos para viabilizar o empreendimento vai induzir uma ocupação irregular, então isso precisa de uma atenção muito especial no sentido de medidas de mitigação. Disse que o programa de comunicação social tem que contemplar a instalação, o funcionamento, inclusive com funcionários devidamente habilitados de postos fixos para atendimento à população principalmente nos bairros diretamente afetados. Numa das plantas mapa 4.1, a localização dos principais programas e projetos na área de influência está indevido os nomes dos bairros. **Elson Maceió dos Santos**, secretário de Governo da Prefeitura Municipal de Guarujá, disse que faltou a caracterização dos sítios arqueológicos do Maratúá que também está diretamente na área de influência do empreendimento das linhas de transmissão do mesmo. Hoje, o Ministério Público Federal cobra da prefeitura uma ação para proteção dos sambaquis e sua catalogação e as compensações ambientais poderiam ser revertidas para levantamento desses sítios arqueológicos com caracterização completa e suas datações. **Germano Seara Filho** – anuncia aqui o término da segunda etapa da audiência, e nesta última, é o momento de réplicas, de comentários e convidou os dois representantes do empreendedor e da consultoria e, que não via inconveniente nenhum a de quem responderia, citou então, **Eduardo D'Áurea Bordignon**, engenheiro ambiental da ELTE, que falou da questão da segurança nas subestações, onde disse que a Alupar tem inúmeras subestações no país em operação e em todas elas contam com segurança 24 horas. Respondeu que o contrato da



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

ELTE com a Aneel com relação ao não cumprimento de cronograma onde a agência é muito rígida nesta questão que é importante também para que essa energia chegue no prazo combinado. Apesar de que a própria agência estendeu cronograma única e exclusivamente por questões que não foram relacionadas ao empreendedor, ou seja, dependendo de outros órgãos dos governos. Quanto à questão dos mananciais que a linha de transmissão vai transpor, disse que a empresa tem medidas de proteção para que não aconteça, por exemplo, que o maior impacto que pode acontecer no manancial é o seu assoreamento, medidas estão sendo elencadas nos programas ambientais e elas vão ser detalhadas na fase posterior que é a fase do plano básico ambiental. A serra de Santo Amaro é uma área que pelo menos, segundo o Condephaat, está em processo de tombamento, e que a linha de transmissão que está passando nessa serra, tem que ser seccionada necessariamente entre as duas subestações Guarujá 1 e 2, por permitir mais segurança para abastecimento das distribuidoras de geração. Quanto a necessidade de auxílio do empreendedor para criação de unidade de conservação, disse que precisa conhecer melhor o projeto para poder colaborar. Essas subestações foram colocadas próximas a uma área de um antigo aterro, mas, que tem conhecimento que foi muito bem controlado. O traçado em relação ao bairro de Morrinhos, foi colocada a questão das 35 viagens por dia, ressalta que a obra tem uma alteração no histograma, que será o número máximo no pico de obra, por causa da área de transbordo, tem movimento de ônibus e teremos que mitigar da melhor forma possível, com planos de comunicação, planos de transporte e de tráfego. Quanto à indução de invasões no caso de abertura de novos acessos, na operação dessa linha de transmissão, a empresa se compromete a deixar a cerca fechada. Quanto a questão mão de obra local, disse ser sempre um desafio para Alupar, e citou o exemplo de Ferreira Gomes, uma usina hidrelétrica no Amapá que fica a 100 km da capital, o município que tem 4 mil pessoas e nós praticamente colocamos o município inteiro para trabalhar, foram 70% das pessoas do estado trabalhando na usina e no começo da obra chegou a 90%, o que afirma que a empresa procura sempre contratar mão de obra local. A questão dos sítios arqueológicos, do Maratúá 1 e 2 que foram descobertos entre eles pelo arqueólogo Manoel Gonzalez e que foi contratado para este projeto, fez o diagnóstico e a sua prospecção, e verificará com ele a situação dos sítios, e que o contratou por ser um dos maiores especialistas em arqueologia da Baixada Santista e um dos maiores do país em arqueologia subaquática. **Cristiane Friedrich Wendler**, engenheira florestal da Caruso Jr., disse que o projeto prevê o mínimo de redução possível na faixa de servidão e que é importante dizer que não vão ser 54 metros suprimidos, e sim 8 metros, 4 metros para cada circuito, necessária para passagem dos cabos, e a intenção é que essa vegetação se restabeleça e retome ao seu porte, com podas para que a vegetação não fique numa altura que possa causar danos à linha ou também ser foco de descargas elétricas. A classificação dos mapas utilizados é o do IBGE e irá verificar a ausência de bairros. A destinação de parte da verba de compensação ambiental para APA, disse que cabe somente a uma comissão da própria CETESB definir. O Secretário-Executivo do CONSEMA, **Germano Seara Filho**, em nome da Secretária de Estado do Meio Ambiente, Patrícia Iglecias, agradeceu a presença de todos, após o que declarou encerrados os trabalhos desta reunião. Eu, José Mário Nogueira dos Santos, lotado no Núcleo de Documentação e Consulta da Secretaria Executiva do CONSEMA, lavrei e assino a presente ata.